

Vulnerabilidades redefinidas em práticas de autodefinição, cuidado e autonomia em relatos biográficos de Michelle Obama⁴⁴

Vulnerabilities redefined in practices of self-definition, care and autonomy in biographical accounts of Michelle Obama

Josecleise d'Alva Teixeira Bandeira⁴⁵

Mariana Falcão Duarte⁴⁶

Ângela Cristina Salgueiro Marques⁴⁷

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir a maneira como condições de vulnerabilidade podem ser aprofundadas ou modificadas, dependendo do modo como são configurados os processos de elaboração de práticas de autodefinição, que envolvem cuidado, autonomia e compartilhamento de experiências. A partir dos documentários *Minha História* (2020) e *The Light We Carry* (2023), resultantes de adaptações feitas pela Netflix para dois livros de inspiração biográfica escritos por Michelle Obama, buscamos discutir sobre as possibilidades de deslocamento de imagens de controle, voltadas para a naturalização do racismo, da violência de gênero e de injustiças interseccionais. Nossa abordagem mostra a transformação de formas de aparecimento político que não se reduzem a adquirir visibilidade, mas envolvem alterar o modo como sujeitos são percebidos e reconhecidos diante dos outros, principalmente quando se trata de formas de vida de mulheres negras.

Palavras-Chave: Vulnerabilidades; autodefinição; cuidado; relatos biográficos; Michelle Obama.

Abstract: The aim of this article is to discuss the way in which conditions of vulnerability can be deepened or modified, depending on the way in which the processes of elaborating self-definition practices are configured, which involve care, autonomy and sharing of experiences. Based on the documentaries *Becoming* (2020) and *The Light We Carry* (2023), resulting from adaptations made by Netflix to two biographically inspired books written by Michelle Obama, we seek to discuss the possibilities of displacement of images of control, aimed at the naturalization of racism, gender violence and intersectional injustices. Our approach shows the transformation of forms of political appearance that are not limited to acquiring visibility, but involve changing the way in which subjects are perceived and recognized in front of others, especially when it comes to the ways of life of black women.

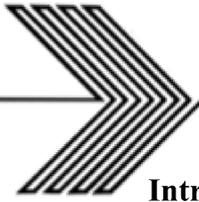
Keywords: Vulnerabilities; self-definition; Care; biographical accounts; Michelle Obama.

⁴⁴ A realização deste artigo contou com o apoio do CNPq e da FAPEMIG.

⁴⁵ Recém-graduada em Relações Públicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: josecleisebandeira@gmail.com

⁴⁶ Doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: melfalcao@gmail.com

⁴⁷ Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: angelasalgueiro@gmail.com

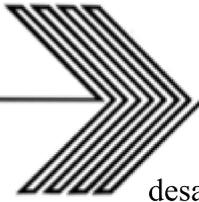


Introdução

Na ideologia neoliberal, marcada por uma intensa valorização do individualismo, do sucesso pelo mérito e da resiliência, a vulnerabilidade tem seu significado atrelado a um espectro de condições negativas: pobreza, violência, deficiência, dependência, falta de segurança, desastres e carências e desvantagens que a auto-realização e a construção da autonomia política impediriam. Assim, diante dessa lógica do acúmulo de deficiências sociais, seria preciso negar a vulnerabilidade e exortar a invulnerabilidade. A vulnerabilidade é, nesse sentido, uma condição a ser evitada ou um problema a ser resolvido com sobra de segurança, investimento em iniciativas empreendedoras e redistribuição orçamentária. A oposição vulnerável/invulnerável estabelece uma hierarquia de gênero e desigualdades sociais constantemente acompanhadas pela afirmação de identidades sociais rígidas ancoradas em normas legais muito rígidas. A governamentalidade neoliberal investe em operações que visam disciplinar e controlar os sujeitos e, principalmente, os grupos percebidos como vulneráveis (deixando-os em um contexto de culpabilidade individual por seu fracasso e de isolamento).

Em oposição a essa abordagem neoliberal, Sandra Laugier (2015) e Marie Garrau (2018) enfatizam que a vulnerabilidade não é apenas uma condição ontológica, mas um estado contingente que pode ser modificado e mudar o status do sujeito e dos grupos dadas as transformações dos vínculos e das condições (materiais, simbólicas, humanas) que nos permitem viver. Podemos, assim, falar de vulnerabilidades no plural, porque não são imóveis, mas contingentes e situadas. A vulnerabilidade não tem uma origem única, mas resulta de uma rede complexa de relações múltiplas: importa ter em conta a localização de um sujeito numa rede de relações marcada por um campo de objetos, forças, processos, instituições e entidades que afetam este sujeito e o afetam de forma muito específica. O respeito e a dignidade requerem também a reconfiguração dos espaços institucionais de negociação, interlocução e construção da autonomia política dos sujeitos. Ser vulnerável não é sinônimo de ser vítima, incapaz, mas um processo que oscila entre as duas posições e instaura o trabalho de contemplação, de desaceleração do tempo necessário para deixar espaço para a aproximação da alteridade.

Todavia, Alyson Cole (2016) lembra que as sociedades capitalistas, pautadas pela ideologia do sucesso, configuram várias tentativas de disciplinar e acomodar aqueles marcados simbolicamente e institucionalmente como vulneráveis: políticas sociais de auxílio aos

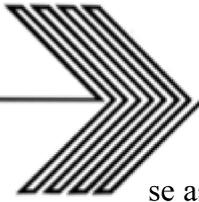


desafortunados, ações filantrópicas, apoio oferecido por burocratas do moderno *welfare state*⁴⁸, estratégias geridas por sujeitos que tentam dismantelar redes de apoio social, alegando que os “vulneráveis” têm que se virar, dentro de um quadro de privatização neoliberal. Ser “invulnerável” é um imperativo neoliberal que combina com a busca por segurança pública extremada, com avanços de securitização extrema, expansão da governamentalidade biopolítica no âmbito doméstico (encarcerar criminosos na cadeia e trancar-se em casas-bunker) e intervenções militares no exterior, alimentando a securitização biopolítica. Instituições criam e perpetuam a vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que se prestam a buscar respostas e soluções, nem sempre eficazes.

Para Cole (2016) e Laugier (2015) faz parte dessa ficção da invulnerabilidade a ideia de que somos donos de nós mesmos e possuímos nossos atributos e qualidades (inatos), e que podemos escolher investir em nós mesmos através do consumo de bens e serviços, sem a necessidade de dever nada a ninguém ou às relações que estabelece com os outros.

A perspectiva desenvolvida por Judith Butler (2018, 2019, 2022) acerca da vulnerabilidade tem alimentado as reflexões das autoras acima mencionadas, uma vez que ela alerta sobre os riscos de se utilizar o conceito de vulnerabilidade não apenas como “rótulo” para denominar aqueles supostamente incapazes de atenderem aos requisitos das demandas neoliberais (que se impõem no âmbito privado, público e no ambiente de trabalho), mas justamente porque esse “rótulo” pode se tornar um modo de dizimar populações. A vulnerabilidade entendida como incapacidade, produziu um paradoxo no neoliberalismo e amplificou sua operação de responsabilização que designa sujeitos e populações inteiras como responsáveis por sua própria posição precária, ou por sua acelerada experiência de precarização. Sob esse viés, a noção de vulnerabilidade geralmente opera de dois modos: tornando uma população o alvo de políticas ou protegendo-a. Para Butler, os dois usos fazem com que o termo

⁴⁸ *Welfare State* designa o Estado de Bem-Estar Social, um modelo cuja organização política e econômica posiciona o governo como um agente assistencial, responsabilizando o Estado por promover o bem-estar social e econômico da população, garantindo educação, saúde, habitação, renda e seguridade social aos cidadãos. Diferente de outros modelos de governo que também intervêm na economia e usam políticas assistenciais para melhorar a qualidade de vida no país, o Welfare State é o único que considera o serviço público um **direito do cidadão**, a partir de um princípio de dignidade universal. Importante mencionar que o Welfare State não se sustentou diante do crescimento inflacionário e alto endividamento, obrigando os governos a recuarem do papel assistencialista. Hoje, a maioria dos países ocidentais assumiu um **modelo neoliberal**, mantendo uma estrutura social mínima.

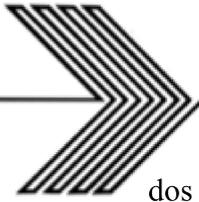


se associe a uma lógica política restritiva de acordo com a qual ser alvo e/ou ser protegido por uma política ou lei seriam as únicas alternativas possíveis.

Autoras como Butler (2018, 2019) e Cole (2016) enfatizam que acentuar a universalidade da vulnerabilidade abre a possibilidade de mudar o foco do individualismo (culpabilização do sujeito) para a análise aprofundada das estruturas sociais, econômicas, políticas e outras estruturas institucionais que sustentam as desigualdades e minam as potencialidades de transformação das condições de opressão e do imaginário político. Para Cole (2016, p.269), quando abordamos a vulnerabilidade como uma condição, em vez de tratá-la como um *status* ou uma dimensão da identidade, é possível entendermos os contornos contextuais e as interrelações diversas entre materialidades, temporalidades, espacialidades e institucionalidades que integram as redes das experiências individuais e coletivas.

Reconfigurar vulnerabilidades requer a elaboração de formas de aparecimento político que não se reduzem a adquirir visibilidade, mas envolvem alterar o modo como sujeitos são percebidos e reconhecidos diante dos outros, o que demanda um deslocamento do olhar, uma outra forma de imaginar as relações com a alteridade e de considerar as formas de vida daqueles que se apresentam diante de nós.

Diante dessa breve reflexão acerca das condições de vulnerabilidade e de suas interfaces com práticas e agências transformadoras, pretendemos construir uma reflexão a partir de elementos presentes em dois documentários realizados pela Netflix a partir de narrativas biográficas escritas pela ex-primeira dama norte-americana, Michelle Obama. Primeira mulher negra a ocupar o posto de primeira dama nos EUA, Michelle Obama tem uma trajetória marcada pela infância vivida em Chicago, no âmago de uma família unida, na qual ela sempre teve amparo dos pais e do irmão. Ela formou-se nas Universidades de Princeton e Harvard, onde realizou pós-graduação em Direito. Das quarenta e seis primeiras damas norte-americanas, apenas Michelle Obama, Hillary Clinto (também advogada) e Laura Bush possuem diploma de pós-graduação. De volta a Chicago, começou a trabalhar na *Sidley Austin*, uma firma de advocacia na qual ela tinha uma posição de comando e, justamente por isso, foi designada como supervisora de Barack Obama, que havia sido contratado como advogado associado. Casaram-se em 1992 e tiveram duas filhas. Na campanha presidencial de 2008, Michelle Obama dedicou-se a apoiar seu marido e foi alvo de várias opressões e ataques, alguns dos quais exploraremos neste trabalho. Junto com Barack Obama ela esteve à frente das decisões políticas no governo



dos EUA e também diante de todos os holofotes midiáticos do mundo inteiro (sedentos pelo controle e pela avaliação crítica de todos os seus movimentos).

Em 2018, ela escreveu um livro (*Becoming/ Minha História*) no qual busca relatar os principais aspectos de sua experiência como primeira-dama dos Estados Unidos entre 2009 e 2017. Em 2020, a Netflix passou a exibir o documentário *Minha História*, dirigido por Nadja Hallgren, que deriva do livro e mostra os bastidores da turnê de Michelle Obama que visava divulgar seu livro em 34 cidades diferentes dos Estados Unidos. Os principais aspectos do documentário são a sólida formação de seus vínculos familiares (e o constante apoio de seus pais em sua vida); a experiência acadêmica de Michelle Obama em Princeton e Harvard; o início de sua carreira como advogada na firma Sidley & Austin, onde conheceu Barack Obama (entrevistado por ela para obter uma vaga de emprego); a maternidade e a relação com suas filhas Malia e Sasha; o preconceito da sociedade norte-americana contra ela e seu desejo de trabalhar com a juventude negra em prol do empoderamento feminino.

Em 2022, depois de enfrentar o isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19, Michelle Obama escreveu um novo livro, que também foi adaptado como documentário da Netflix (com a direção de Linda Mendoza, 2023): *The light we carry* (Nossa Luz Interior). Nessa nova produção, Michelle Obama conversa com Oprah Winfrey⁴⁹ sobre como conseguiu superar os obstáculos que se apresentaram para ela e sua família durante a pandemia. Ela muitas vezes associa a autonomia e o empoderamento de mulheres negras à resiliência e à força interior que cada mulher possui. Entretanto, o empoderamento não é resultado de uma reforma íntima e não pode ser alcançado da mesma forma por todas as mulheres negras. De maneira geral, o entendimento que ela apresenta da noção de vulnerabilidade a ser algo “vencido” e “superado” pelo esforço individual corrobora ideologias neoliberais que queremos problematizar.

⁴⁹ Oprah Winfrey foi escolhida para a realização desse documentário não apenas porque apoiou fortemente a campanha política de Barack Obama, mas por se destacar como celebridade negra de grande influência nos EUA. Foi considerada uma das mulheres mais poderosas do mundo e venceu múltiplos prêmios por seu programa *The Oprah Winfrey Show*, o talk show com maior audiência da história da televisão norte-americana. É atriz, jornalista, escritora, empresária, produtora e editora da revista *The Oprah Magazine*. Foi eleita a mulher mais rica do ramo de entretenimento no mundo durante o século XX, uma das maiores filantropas de todos os tempos e a primeira mulher negra a ser incluída na lista de bilionários. Sua juventude foi marcada por inúmeros abusos, violências sexuais, a perda de um filho recém-nascido e o abandono pelos pais, que não aceitaram sua gravidez. Dedicou-se, entre outros, ao projeto "Oprah Winfrey Leadership Academy for Girls", internato para meninas, na África do Sul.

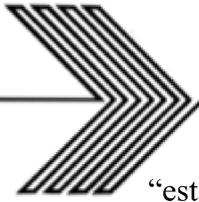


Os documentários da Netflix nos interessam neste artigo, porque mostram tanto a disputa por imagem pública no processo da campanha eleitoral (e no pós-campanha), mas a astúcia de Michelle Obama para conseguir tomar a palavra, elaborar e emitir um discurso sobre si e assim legitimar-se como agente política. Optamos por refletir acerca dos documentários e não dos livros que lhes deram origem, porque eles mostram as interações de Michelle Obama com o público, evidenciam como ela articula suas narrativas diante de mulheres que a interpelam por respostas e por escuta. Nosso objetivo principal é trazer alguns momentos dos dois documentários em que Michelle Obama se apropria de imagens de controle que a desumanizam, produzindo junto com outras mulheres negras, autodefinições que transformam as condições de vulnerabilidade que orientam suas experiências.

Os relatos de vida elaborados por Michelle Obama junto a mulheres e meninas negras que seguem suas turnês, e também junto à Oprah Winfrey, revelam um processo constante de autoavaliação para recusar “imagens de controle externamente definidas” (Collins, 2019, p. 35), valorizando imagens próprias de si como mulher negra. Esse gesto ético, de cuidado consigo e com outras mulheres negras, validam seu poder enquanto alguém que se fortalece em rede, na criação de alianças, na valorização da amizade e da sororidade, na resistência à desumanização causada por sistemas de dominação social e pela opressão psicológica internalizada. Enquanto mulher e negra nos Estados Unidos, Michelle Obama sempre teve sua história e seus objetivos políticos questionados. No entanto, acreditamos que as narrativas construídas em *Minha História* (2020) e *Nossa luz interior* (2023) apresentam pistas de que Michelle Obama não se submeteu ao que estava pré-estabelecido, assumindo os lugares que desejava ocupar e sabendo dos impactos que isso causaria.

1. Jogando com imagens de controle

Patrícia Hill Collins (2019) define imagens de controle como mecanismos ideológicos que interconectam racismo e sexismo, sendo utilizados por grupos dominantes, desde os tempos da escravidão, de modo a agir contra mulheres negras, marginalizando-as e impedindo uma autodefinição que seja valorizante. Essas imagens de controle foram, e são, usadas como forma de ideologia que condena mulheres negras a aceitar uma opressão simbólica que parece ser justificável a partir de estereótipos negativos. Assim, não se reduzem a estereótipos, pois elas



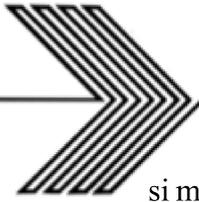
“estão articuladas no interior da histórica matriz de dominação⁵⁰ que obedece a padrões da cultura ocidental branca eurocêntrica” (Bueno, 2020, p.73). Collins (2019) afirma que imagens de controle solidificam essa matriz, pois são formas de violência vivida, que podem ter efeitos profundos e duradouros na autoestima e na identidade elaborada por pessoas negras, uma vez que limitam e definem quais comportamentos e existências serão aceitos ou não.

São várias as imagens de controle apontadas por Collins, entre elas: a *mammy* (babá negra escravizada, obediente e abnegada, ama de leite e doméstica), a Jezebel (mulher negra erotizada, sexualizada e promíscua), a rainha do Estado de bem-estar (mulher que se serve do dinheiro dos cidadãos, e com ele constrói uma boa vida), a matriarca (a mãe constantemente brava, muito rígida e que não conquista o amor dos filhos e do companheiro), a dama negra (mulher forte, diligente, que trabalha duas vezes mais que os outros, competindo com homens, tornando-se “assertivas demais”) e a mãe dependente do Estado (mães que dependem de políticas de assistência social para sobreviver).

As imagens de controle são interpretações da feminilidade negra que predominam socialmente com base nos sistemas de poder operados pelas elites brancas. A partir delas são controlados o comportamento, a sexualidade e a fertilidade de mulheres negras. Não obstante, as imagens de controle oferecem justificativas ideológicas eficazes para a opressão racial, bem como para as políticas de subordinação de gênero e exploração econômica inerentes às economias capitalistas (Bueno, 2020, p. 149).

Collins (2019) aponta como essas imagens objetificam mulheres negras, atacam sua assertividade e as desumanizam, nomeando e manipulando significados que diferem das narrativas que elas produzem autonomamente sobre si mesmas. A autora entende a autonomia como um processo político e relacional que altera a posição de mulheres negras em suas redes de interdependência social e que modifica a forma como se dá a expressão e a percepção de quando e como construir confiança na própria experiência, descobrindo a validade e a legitimidade da própria trajetória de vida. Assim, elaborar um relato de si não se resume a contar histórias, mas envolve a decisão de assumir o controle da própria vida, de tornar-se sujeito de

⁵⁰ “Compreender o conceito de matriz de dominação é fundamental para entender a dinâmica das imagens de controle, pois elas organizam ideologicamente a forma com que as opressões se cruzam, independentemente da maneira com que intersecções específicas podem ou não estar contidas em cada imagem de controle. Collins entende raça, classe, gênero e sexualidade não como categorias identitárias, mas como sistemas de dominação interligados, afetando cumulativamente as experiências de opressão” (Bueno, 2020, p. 87).



si mesmo pelo trabalho de autodefinição e reinvenção da subjetividade possibilitada pela autoria do próprio *script*, a partir de uma relação específica do sujeito consigo mesmo e com todos aqueles que fazem parte de sua rede interacional.

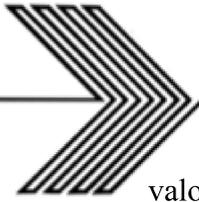
Imagens de controle nem sempre estão ancoradas em estereótipos negativos: é possível existir imagens de controle que se organizam a partir de virtudes e comportamentos considerados positivos. Ainda assim, são figuras prejudiciais à autodefinição de mulheres negras, porque são formuladas a partir de uma definição externa. A imagem da mulher negra como uma mãe forte e resistente é um exemplo nesse sentido (Bueno, 2020, p. 115).

A exclusão de mulheres negras das universidades, de posições de poder no governo e de posições de comando no âmbito das empresas e organizações vai privilegiar as ideias e interesses de uma elite branca de classe média e alta. Contudo, é possível apontar como a luta de mulheres negras contra a imposição das imagens de controle afetou também o modo como passaram a olhar para si mesmas e a produzir autodefinições. Narrativas autodefinidas que não visam substituir estereótipos negativos por outros supostamente melhores, afinal, tal substituição pode ser igualmente problemática, sobretudo quando a função dos estereótipos como mecanismo para controlar imagens permanece inalterada.

Quando mulheres negras definem a si próprias, claramente rejeitam a suposição irrefletida de que aqueles que estão em posições de se arrogarem a autoridade de descreverem e analisarem a realidade têm o direito de estarem nessas posições. Independentemente do conteúdo de fato das autodefinições de mulheres negras, o ato de insistir na autodefinição dessas mulheres valida o poder de mulheres negras enquanto sujeitos humanos (Collins, 2019, p. 102).

Nesse sentido, definir e valorizar a importância do próprio ponto de vista diante de imagens que promovem uma identidade imposta e objetificada é uma forma importante de se resistir à desumanização constantemente reproduzida pelos sistemas de dominação. Segundo Collins (2019, p.115), “[...] a consciência das mulheres negras – a sua perspectiva analítica, emocional e ética de si mesmas e do seu lugar na sociedade – torna-se uma parte crítica da relação entre o mecanismo da opressão e a ação das mulheres negras”.

No documentário *Minha História*, é possível identificar passagens nas quais os relatos de Michelle Obama desafiam imagens de controle e buscam a construção de uma narrativa que



valoriza a experiência e os saberes de mulheres negras que se articulam em prol de alternativas que permitam a autodefinição e a autovalorização. O documentário mostra como Michelle Obama realizou vários encontros com meninas negras em escolas de estados norte-americanos para partilhar sua história. Ela fez questão de conversar com meninas e adolescentes, escutá-las, oferecer palavras de incentivo e mostrar que suas histórias estão interligadas. O mais interessante é que a produção não deixa as jovens como meras figurantes da narrativa: quando uma delas dialoga mais demoradamente com Michelle Obama, o documentário conta a sua história, traz para o roteiro a voz de diferentes jovens, de modo a compor uma montagem de experiências plurais e que dialogam entre si. As jovens também se tornam protagonistas e contam o que vivenciam como injustiça e como saídas para enfrentarem os obstáculos cotidianos.

Quando alguém vem até mim não olho para os lados. Olho nos olhos da pessoa, ouço a história dela. Compartilhar a história de alguém me dá a perspectiva que preciso e que não tenho, porque todas as minhas interações são meio filtradas. É como consigo estar conectada com as pessoas (Michelle Obama, Minha História, Netflix, 2020).

Incentivar uma forma de empoderamento que foca no fortalecimento da confiança como algo a ser trabalhado pelo próprio sujeito em suas alianças faz com que mulheres negras localizem, identifiquem e tematizem a fonte de seus problemas cotidianos, permitindo soluções mais adequadas às suas rotinas, contextos socioculturais e interseccionalidades (hooks, 2019).⁵¹ Porém, ferramentas capazes de ampliar a confiança precisam ser elaboradas em uma rede que abrange outras mulheres, instituições, agentes do governo e agentes sociais. Sem essas alianças, reiteramos a compreensão equivocada de que a vulnerabilidade pode ser “eliminada”. “O estereótipo da mulher negra como forte, resiliente, apta a superar todas as privações e necessidades é um exemplo nesse sentido” (Bueno, 2020, p. 94).

Não podemos esperar pela igualdade do mundo para começar a nos sentir vistas. Estamos longe disso. Não vai acontecer com um presidente, com um voto. Vocês precisam achar as ferramentas dentro de vocês para se sentirem

⁵¹ A grafia do pseudônimo bell hooks, em letras minúsculas, foi adotada pela autora Gloria Jean Watkins, quando o escolheu em homenagem à sua avó. As iniciais minúsculas expressam um posicionamento político que busca romper com as convenções linguísticas e acadêmicas, dando enfoque ao seu trabalho e não à sua pessoa.

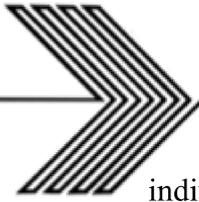


visíveis, para serem ouvidas e usarem sua voz (Michelle Obama, Minha História, Netflix, 2020).

Certamente é importante para a emancipação de mulheres negras achar e usar a própria voz. “As possibilidades de autodefinição para mulheres negras estabelecem-se a partir da organização de uma voz que possibilita o controle da narrativa a respeito de suas próprias narrativas.” (Bueno, 2020, p. 136). Ter autonomia para produzir um relato de sua vida no qual prevaleça uma análise independente e autodefinida é uma conquista importante de Michelle Obaman e que ela compartilha com outras mulheres negras, de modo a também produzir conhecimentos em rede. As alianças, os diálogos e as trocas de experiências tornam mais claros os mecanismos de opressão e produzem afetos políticos destinados a combater o ódio e a intolerância.

Entretanto, por outro lado, achar as “ferramentas” que estão supostamente disponíveis na experiência de meninas negras pode soar como um convite que reforça a ideologia meritocrática segundo a qual cada um é responsável pelo seu próprio sucesso ou fracasso. Há uma grande diferença de disponibilidade de oportunidades para a alteração de condições de vulnerabilidade para mulheres e jovens negras: a luz que pode transformar vidas não brilha com a mesma intensidade e da mesma forma para todas. Nesse sentido, bell hooks (2019) vai mostrar como o convite neoliberal para ampliar a autoconfiança acaba contribuindo para reforçar o controle institucional e simbólico que dociliza os corpos através da resiliência. Para hooks, mulheres negras são instadas, em seus contextos de estudo, trabalho e família, a operar mudanças de comportamento de maneira individual. Frases prescritivas e imperativas como: “não se deixe intimidar”; “encontre a motivação certa”; “sorria sempre”; “ache sua luz interior”; “encontre sua voz, mas não grite” etc., possuem o intuito de orientar as mulheres negras a obter autoconfiança e a confiarem mais em outras mulheres.

Contudo, hooks (2019) critica fortemente esse programa pseudofeminista e mostra que o empoderamento pautado pela ideologia meritocrática e pela individualização das soluções capazes de alterar condições de vulnerabilidade alimenta representações que continuam a sustentar o racismo. O empoderamento não estaria ligado às situações nas quais as mulheres negras agem positivamente e de modo solitário para remodelarem suas posturas e gestos dentro das realidades capitalistas existentes. Empoderar-se significa encontrar as condições



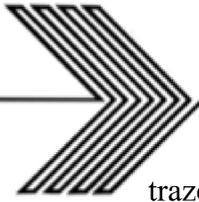
individuais e coletivas nas quais a autodefinição pode questionar e transformar as bases que mantêm e naturalizam desigualdades e assimetrias.

2. Caindo nas armadilhas das imagens de controle?

Muitas imagens de controle são reiteradas pela busca de ideais neoliberais como o mérito, o sucesso e a resiliência. Eva Illouz e Edgar Cabanas (2022) nos alertam para o fato de que a conquista do sucesso, de um sentido de autovalorização e autonomia derivam não mais das condições permitidas pelos vínculos de proximidade, pelas condições socioeconômicas ou mesmo pela teia relacional que mantém os sujeitos em condições de realizarem seus projetos e munidos do devido cuidado afetivo, social e jurídico. Os autores mencionam que o alcance de boas condições de vida, da estima alheia e da autoestima é constantemente associado à “força de vontade, resultado do treino de nossa força interior e nosso eu autêntico; única meta que faz a vida valer a pena; o padrão pelo qual devemos medir o valor de nossa biografia, o tamanho de nossos sucessos e fracassos” (Illouz; Cabanas, 2022, p.13).

O enquadramento de histórias de sucesso ressalta sempre como pessoas que alcançam o sucesso expressam serem fiéis a si mesmas, resilientes, motivadas, otimistas e com alto grau de inteligência emocional. Illouz e Cabanas (2022, p. 16) destacam como essas narrativas dão a entender que sucesso e fracasso, felicidade e infelicidade, autonomia e dependência são escolhas e, como tais, resultam das ações e avaliações subjetivas. A ideologia meritocrática e assenta sobre a “mercantilização de histórias pessoais de transformação, redenção e triunfo pessoal – uma espécie de pornografia emocional voltada a moldar a forma como as pessoas devem se sentir a respeito de si mesmas e do mundo que as rodeia”. As biografias exemplares estão presentes em todas as livrarias, em matérias de jornais, nos romances e séries televisivas.

Um exemplo a partir do qual podemos fazer uma reflexão deriva do livro lançado em 2022 por Michelle Obama, que o escreveu durante a pandemia: *The light we carry: overcoming in uncertain times*. A obra foi adaptada para a Netflix em 2023 sob a forma de uma entrevista conduzida por Oprah Winfrey, com a direção de Linda Mendoza. Este documentário-entrevista valoriza o percurso de Michelle Obama e mostra sua habilidade ímpar para lidar com o preconceito e o estigma presentes no julgamento feito acerca de seu corpo, seu comportamento, seus pronunciamentos e sua vida pública e privada. Todavia, alguns momentos do documentário



trazem, a nosso ver, aspectos problemáticos com relação à valorização da meritocracia e do empoderamento feminino, merecendo uma reflexão mais crítica de nossa parte.

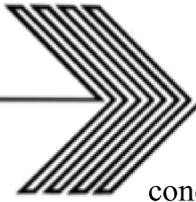
Logo no início da entrevista com Oprah Winfrey, uma afirmação de Michelle Obama nos chamou a atenção por parecer ressaltar, a princípio, uma individualização da resolução de problemas que nem sempre são de ordem psicológica ou emocional apenas:

Cabe a você elevar sua autoestima, temos controle sobre nossas vidas. Não preciso que ninguém me trate bem, que seja justo comigo. A vida é injusta. Eu cresci, eu mudei. Após todos esses anos, aprendi que sou responsável pela minha felicidade. Me faz lembrar do que aprendi com o meu pai. Barack não é responsável pela minha felicidade. Ele se importa comigo, ele me ama, mas a maior parte da minha infelicidade envolvia minhas escolhas. Tinha que ser a mãe perfeita, tinha que fazer tudo certo, tinha que manter o emprego e eu estava me mantendo em um padrão que era estressante para mim (Michelle Obama, *Nossa Luz Interior*, Netflix, 2023).

Michelle Obama parece atribuir a si mesma a responsabilidade por sua felicidade ou infelicidade, como se não houvessem outros fatores interseccionados com sua história. Ao mesmo tempo, ela critica a imagem de controle da “mãe perfeita e forte”, evidenciando que a contestação de mecanismos de opressão é sempre um jogo que expõe as tensões entre os gestos de questionamento e reafirmação. Sabemos como Collins (2019) critica um entendimento neoliberal da busca por autoconfiança, que aponta mulheres negras como potenciais sujeitos com problemas de confiança, em vez de explorar como isso pode estar ligado à uma sociedade preconceituosa (e ao modo como transformá-la). Assim, a ênfase recai sobre os recursos psicológicos necessários para sobreviver e se tornar invulnerável.

A invulnerabilidade seria a solução para a falta de autoconfiança e autoestima, consideradas como “estados tóxicos” que precisam ser alterados. Isso em nada altera o funcionamento da máquina neoliberal, e das economias de controle, pois é justamente a imagem de “mulheres empreendedoras de si” que tem se tornado objetivo maior das representações e enquadramentos sociais e midiáticos a serviço do capital e de um equilíbrio na correlação de forças que favoreça determinados sujeitos, grupos e instituições, enquanto relega outros ao ostracismo, à humilhação e à morte.

Por um lado, os depoimentos de Michelle Obama refletem o fato de ela estar buscando avaliar sua trajetória para tomar posse de quem ela deseja ser e modelar uma forma de vida



condizente com seus princípios éticos. Essa é uma das bases da construção da autonomia e do autoconhecimento. Entretanto, algumas de suas falas parecem exaltar um apelo pautado pelo discurso psicológico e corporificado do empoderamento, do empreendedorismo de si, da ampliação do leque de escolhas e da auto-responsabilização pelo sucesso e pelo fracasso, a exaltação da confiança se transforma em uma tecnologia de gênero que opera para produzir um sujeito feminino neoliberal (Oksala, 2019) que performa um feminismo brando, produtivo, terapêutico e eficaz em encontrar soluções rápidas para dilemas cotidianos. Essa forma de despolitização do feminismo e atualização de uma subjetividade confiante faz parte de uma trajetória sempre linear, não disruptiva com as hierarquias e condizente com a inculcação da ideologia meritocrática: partindo de níveis baixos de confiança, mulheres negras alcançam autoestima e estima social através da manutenção de estruturas patriarcais e da adequação de suas vidas a modelos instrumentais.

O fato de Michelle Obama ter dito que sua felicidade dependia de suas escolhas nos leva a pensar em como frequentemente as condições para essas escolhas (e o leque de opções disponíveis) estão fortemente atreladas a opressões interseccionais que se tornam naturalizadas a partir da introjeção do mecanismo meritocrático associado aos anseios da supremacia branca. Um argumento elaborado por bell hooks (2018, p.189) revela como, “na cultura branca, as mulheres negras exercem basicamente dois papéis: ou somos as garotas assertivas más e malucas (vistas como ameaçadoras), ou somos supermães que cuidam de todo mundo, espalhando uma magia especial em todo lugar.”

De acordo com hooks (2020), Michelle Obama era representada repetida vezes como peculiar e diferente por ser muito inteligente e diferente entre seus semelhantes. Vista como intrusa, aliada a forças malignas e muito assertiva diante de todos os esforços de desvalorizar sua presença em ambientes acadêmicos e na política institucional. Foi descrita pela mídia como uma mulher negra ressentida, que não se sentia orgulhosa de seu país e que respondia às interpelações com ataques de raiva. Segundo hooks (2020, p.158), “mulheres negras em posição de autoridade são representadas na mídia como megeras, enquanto se esforçam para afirmar seu poder e, ao mesmo tempo, questionar os pressupostos que naturalizam estereótipos”.

Todo mundo tenta atacar as garotas más, que são vigiadas e mantidas na linha, e as supermães, que às vezes viram mulheres fatais quanto têm um tempo livre



(lembram de como a imagem de Oprah mudou depois de ela ter perdido peso?). O que acontece quando essas representações são apropriadas e exploradas pelo discurso do patriarcado capitalista e supremacista branco? (hooks, 2018, p.190)

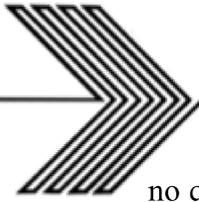
A entrevista que Michelle Obama concede a Oprah Winfrey pode ser caracterizada como um gesto de resistência ao discurso patriarcal e racista pois, de acordo com hooks (2018), quando mulheres negras se tratam com respeito, isso é um sinal de que rejeitamos e nos opomos ao racismo internalizado que nos faria agir de modo a prejudicar umas às outras. A aliança entre Winfrey e Obama valoriza a irmandade, a sororidade e o cuidado com outras mulheres em detrimento da rivalidade, seja ela acadêmica, social, política, estética ou afetiva. Essa aliança é uma clara mensagem contra imagens de controle que projetam identidades sobre mulheres negras para que sejam vistas como raivosas, más, megeras ou desagradáveis.

Michelle Obama conhece as imagens de controle que recaem sobre mulheres negras, e que ela as utiliza de maneira a criar uma apropriação que as questiona. Justamente por isso, é possível perceber que o emprego das imagens de controle não é totalmente uniforme. Alguns de seus aspectos podem ser reiterados, enquanto outros são colocados em xeque.

É importante deixar claro que a crítica feita à maneira como Michelle Obama negocia com as imagens de controle, não invalida o modo como ela se apropria delas. De um lado, ela reforça algumas condições de opressão direcionadas às mulheres negras ao utilizar o critério da “mãe forte” ou da “dama negra” para “dar conta” dos constantes ataques sofridos por ela e sua família pela sociedade norte-americana. Qualquer deslize de sua parte afetava Barack Obama e colocava em risco suas ações como presidente. Ao explicar o conceito de imagens de controle em uma entrevista online⁵², Collins (2019) ressalta que elas fazem parte de relações de poder que afetam a forma através da qual as pessoas tratam mulheres negras e a forma pela qual mulheres negras recebem essas imagens e reagem a elas, como lugar de resistência. Trata-se de uma relação de poder que afirma que as imagens de controle impostas sobre mulheres negras são negativas. O desafio é não internalizá-las e não passar a avaliar seu comportamento a partir do parâmetro do “quão bem você consegue ser uma matriarca ou uma dama negra”.

Era esse o desafio de Michelle Obama, aquele que ela mesma tematiza no documentário, ou seja, como desafiar as expectativas se cumpri-las era parte de uma estratégia do jogo político

⁵² Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=XVdbyhuAJEs>. Acesso em: 22 out. 2023.



no qual estava implicada? A imagem de controle da matriarca reforça a ideia de que mulheres negras são fortes e podem ser resilientes para aguentar e suportar opressões e demandas sociais impostas. Há uma demanda por autocuidado que tem como objetivo recusar essas imposições assimétricas, como aquela que diz que uma mulher negra tem que estar preparada para servir a todos. De certa maneira, reivindicar o cuidado com a “luz interior” é afirmar a importância do autocuidado. Collins (2019) afirma, assim, que uma imagem de controle não tem que ser uniformemente negativa, pois uma mulher negra pode se apropriar dela reproduzindo alguns aspectos e rasurando outros:

Michelle Obama fez um bom uso da imagem de matriarca e de boa mãe para ser a mãe forte da nação, termo que ela mesma utilizava. Mas uma matriarca mais gentil. Contudo, essa política da maternidade pode ser confinadora para pessoas que não são ou não querem estar casadas com homens, que podem ter outras formas de família, que não necessariamente possuem o privilégio de bancar um lar ou uma moradia própria. Espelhar-se na imagem de Michelle como mãe-chefe pode significar utilizar essa imagem de forma estratégica. E penso que ela está usando as imagens feminilidade negra de maneira estratégica, porque ela as conhece. Ela se construiu como a mãe excelente de uma forma diferente, porque essa imagem é refeita e atualizada sempre, sem desconsiderar as relações de poder que a sustentam (Collins, 2019).

O comentário de Collins sobre o autocuidado nos leva a crer na importância de investir em ações que busquem redefinir novas formas de cuidado, de preocupação com o próximo e de manutenção da integridade. A atenção ao cuidado permite uma inversão das hierarquias que determinam classicamente a forma de vida humana. Nesse sentido, o cuidado não se resume ao provimento de necessidades afetivas, sociais e econômicas básicas, mas se expande como força política capaz de conectar o privado ao público, as narrativas biográficas ao funcionamento da justiça democrática.

3. Práticas de cuidado como práticas de liberdade

Cuidar é buscar uma “humanidade” perdida no desgastante trabalho de refazimento do cotidiano: aquele que fabrica e mantém um modo de vida também deve ser cuidado e cuidar de outros que o rodeiam, de modo a alimentar uma relação ética de responsabilidade e atenção contínua que preserva a dignidade e a vida (Biroli, 2012; Collins, 2019). De acordo com Patrícia



Hill Collins (2019), o cuidado requer uma sensibilidade aos detalhes que contam nas situações vividas, uma vez que elas precisam de preservação e de reparação constante de todas as dimensões, elos e articulações que, justamente por não serem negligenciáveis, demandam um grande trabalho físico, moral e ético.

Margareth Rago (2013) explica que entre os anos de 1978 e 1984, o filósofo francês Michel Foucault se dedicou a refletir acerca dos cuidados e das técnicas de si e de sua importância para uma recusa às técnicas de controle e aos modos de ser submetido a relações de poder. Ao apostar que as técnicas de si poderiam fraturar os dispositivos de controle das vidas e dos corpos, Foucault sugere que os modos como agimos sobre nós mesmos abrem uma possibilidade reflexiva para pensarmos sobre quem somos e como queremos ser.

Rago nos mostra que um relato de vida é uma técnica de si que modela um enunciado que se dirige a outras pessoas e demanda respostas, redefinindo relações de responsabilidade. O gesto de ouvir e valorizar histórias de outras mulheres, por exemplo, é vital para a construção da autonomia, pois falar e ser escutado é uma das ações mais valiosas para a transformação política. Assim, uma mulher modela sua história em conjunto com outras, de modo a responder positivamente ao apelo político por uma mudança no imaginário social. Há uma responsabilidade ética nesse gesto: elaborar traumas e alegrias para a realizar um exercício de escuta ativa e hospitaleira, que por sua vez, conecta os âmbitos da individualidade e da coletividade.

Um relato de si é também um trabalho de memória e de elaboração de experiências traumáticas: diante da dificuldade de trazer para a linguagem vivências dolorosas que talvez estejam ocultas na rotina do cotidiano, no desafio que supõe voltar a falar, em que a linguagem, com sua capacidade performativa, faz voltar a viver, lida-se não somente com a colocação em forma narrativa da história pessoal, mas também com sua dimensão terapêutica – a necessidade do dizer, a narração como trabalho de luto – e fundamentalmente ético, porque restaura o circuito da interlocução e permite assumir o escutar com toda a sua carga significativa em termos de responsabilidade pelo outro. Mas também permite liberar o caminho do individual ao coletivo (Arfuch, 2010, p. 26).

Conforme Joan Tronto (1995), o cuidado por ser visto como uma atividade moral e ética que confere atenção ao que permanece invisibilizado e, ao mesmo tempo, define o espaço político ao escutar as necessidades de quem sofre, a partir de uma atenção verdadeira aos outros, de uma proximidade que se estabelece através da responsabilidade.



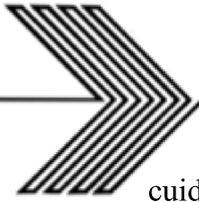
Para Tronto, o cuidado é “uma atividade que inclui tudo o que fazemos para manter, continuar e reparar nosso 'mundo' para que possamos viver nele o melhor possível” (1995, p. 142). Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso ambiente, tudo o que procuramos entrelaçar em uma teia complexa e sustentadora de vida. O cuidado é um processo e os julgamentos feitos sobre o cuidado surgem das experiências reais e vividas das pessoas em toda a sua variedade. Deste ponto de vista, pessoas são interdependentes em vez de independentes.

As reflexões elaboradas por Tronto se aproximam das considerações presentes nos relatos biográficos de Michelle Obama, uma vez que ambas reivindicam o cuidado como processo de co-responsabilidade, e não apenas como relação interindividual ou trabalho de proximidade. Os indivíduos agem politicamente, não apenas com base em seus interesses próprios, mas como resultado de uma constelação particular de relações de cuidado e instituições em que se encontram. Famílias, bem-estar, Estado e mercado são instituições que prestam cuidados, mas a ética do cuidado almeja o reconhecimento de toda uma seção da vida comum sistematicamente ignorada no discurso político.

A distribuição do cuidado, pela qual significa assumir o controle da vulnerabilidade, depende de padrões de dominação e organizações históricas que podem resultar da sedimentação de papéis de gênero, do desenvolvimento de estruturas econômicas específicas, ou de construções ideológicas para incentivar as mulheres a assumir voluntariamente tarefas e deveres que servem à sociedade. A capacidade de responder à vulnerabilidade, assim como a aptidão para percebê-la, longe de ser questões de sensibilidade inerente ou reações emocionais incontroláveis, são o resultado de uma distribuição socialmente organizada do cuidado. Nesse viés, a ética do cuidado é uma política do cotidiano e uma política da vulnerabilidade. Alimentar articulações fortalece a ética do cuidado não só como atenção aos outros, mas sobretudo como o trabalho cotidiano e incansável que torna nossas vidas possíveis, promovendo uma virada em nossas concepções de responsabilidade. Essa perspectiva visa zelar para que a dignidade e a autonomia das pessoas prevaleçam sobre a lógica de mercado e as lógicas de controle.

Considerações finais

Os relatos biográficos e as experiências narradas por Michelle Obama nos oferecem pistas importantes para refletir acerca de um trabalho constante que movimenta a ética do



cuidado a partir não só do questionamento de imagens de controle, mas também da valorização das capacidades de agência de mulheres negras. Condições de vulnerabilidade são alteradas quando processos de autodefinição mobilizam alianças pautadas pela amizade e pela construção de espaços de afeto, nos quais, juntas, mulheres negras possam imaginar, desejar, sonhar e colocar em prática ações de transformação que impactem assertivamente seu presente e seu futuro (sem desconsiderar o passado). A maneira como Michelle Obama se dirige a outras mulheres negras nos documentários aqui estudados enfatiza como elas aprendem a orientar suas vidas a partir de uma agência autônoma e coletiva. A autonomia que empodera, de acordo com Collins (2019) e hooks (2020), depende da construção constante de alianças e do amparo às situações de autodeterminação a partir do fortalecimento de redes interpessoais, sociais e institucionais capazes de enfrentar a opressão e a desigualdade. Assim, não há oposição entre autonomia e relações de dependência e interdependência – sempre tendo em mente, claro, que algumas relações e ambientes promovem condições hostis à autonomia e à formação de alianças (Laugier, 2009; Biroli, 2012).

As narrativas de Michelle Obama e suas interações com outras mulheres negras nos documentários tratam da autonomia promovida pelo cuidado de si e pelo cuidado com os outros como um processo de comunicação e partilha que modifica a forma de construir a confiança em sua própria experiência, pois o sujeito descobre a validade e a legitimidade de sua trajetória de vida na relação com os outros. Suas narrativas também interpelam criticamente imagens de controle que, como vimos, não se reduzem a estereótipos, mas envolvem matrizes culturais e ideológicas que produzem incessantemente representações que visam definir e impor identidades, comportamentos e padrões assujeitantes. A coragem de narrar sua trajetória, mostra como a autodefinição instiga mulheres negras a reconhecerem a relevância de suas experiências, conhecimentos, assertividades e ousadias.

A abordagem relacional do empoderamento adotada por Michelle Obama resulta de um processo político de autodeterminação que concebe a experiência como inscrita numa teia de relações, assimetrias e potencialidades que impedem que os sujeitos sejam considerados agentes isolados. Sob esse aspecto, o empoderamento se relaciona à criação de estruturas próprias e compartilháveis de enunciação que possam fraturar estruturas instituídas. Como aponta Collins (2019), a produção de um conhecimento autodefinido é essencial às práticas de liberdade e questionamento de imagens de controle.



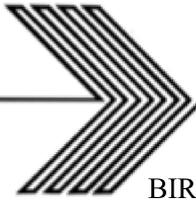
Ainda que tenhamos em conta os limites impostos às escolhas (ligadas a vantagens e desvantagens socialmente construídas), às opções de ação que lhes são disponibilizadas, ou que elas próprios desenvolvem no confronto com as instituições políticas e sociais, mulheres negras autodefinidas valorizam a sua experiência, as suas formas únicas e coletivas de dar respostas aos desafios e adversidades encontradas. O processo de construção da autonomia como prática relacional de cuidado pode alterar as condições de vulnerabilidade de mulheres negras, pois transforma os vínculos e as condições (materiais, simbólicas, humanas) que as permitem viver e garantir sua agência em contextos concretos.

A sororidade é muito importante no processo de construção da autonomia, porque muda a forma como o cuidado é compartilhado entre as mulheres. Para bell hooks (2019), a sororidade expressa uma solidariedade entre mulheres que vai além do reconhecimento positivo de experiências comuns de sofrimento. A sororidade aprofunda um compromisso compartilhado de lutar contra as injustiças, a evolução de mudanças nas condições de vulnerabilidade comumente ligadas ao sexismo, ao patriarcado e à opressão de gênero.

Michelle Obama fala, em ambos os documentários, acerca da importância de suas amigas, das conexões e de como reunir suas amigas em torno da mesa da cozinha configura um espaço seguro de afeto, cura e refazimento. Para Collins (2019, p. 184), o cuidado e a amizade entre mulheres produzem espaços seguros nos quais “o conhecimento construído do ‘eu’ emerge da luta para substituir as imagens de controle pelo conhecimento autodefinido, considerado pessoalmente importante, um conhecimento muitas vezes essencial para a sobrevivência das mulheres negras”. Desse cuidado surgem muitas cumplicidades e amizades fundadas na elaboração e troca de saberes essenciais à reconstrução de formas de vida de mulheres negras. Conexões promovidas por mulheres que elaboram um saber localizado, ético e estético, levam a refletir sobre os limites da própria existência, sobre as formas de dominação vividas por toda mulher no cotidiano da vida social e sobre o poder das instituições que as afeta incessantemente.

Referências

ARFUCH, Sujetos y narrativas. Centros de Estudios Sociológicos. Universidad Nacional Autónoma de México. *Acta Sociológica*, 53, p. 19-41, 2010.



- BIROLI, Flávia. Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 9, 2012, p. 7-39.
- BUENO, Winnie. **Imagens de controle**: um conceito do pensamento de Patrícia Hill Collins. Porto Alegre: Zouk, 2020.
- BUTLER, Judith. **Discurso de Ódio**. São Paulo: Unesp, 2021.
- BUTLER, Judith. **Vida Precária**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- BUTLER, Judith. **Corpos em Aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**. Crítica da violência ética. São Paulo: Autêntica, 2015.
- COLE, Alyson. All of us are vulnerable, but some are more vulnerable than others: the political ambiguity of vulnerability studies, an ambivalent critique. **Critical Horizons**, v. 17, n. 2, p. 260-277, 2016.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **O enigma da revolta**. São Paulo: n-1 Edições, 2019.
- GARRAU, Marie. **Politiques de la vulnérabilité**. Paris: CNRS éditions, 2018.
- hooks, bell. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.
- hooks, bell. “Meninas divas do terceiro mundo: políticas da solidariedade feminista”. In: OOKS, Bell. **Anseios**. São Paulo: Elefante, 2018, p.185-209.
- hooks, bell. Negra, mulher e acadêmica. In: hooks, bell. **Ensinando o pensamento crítico**. São Paulo: Elefante, 2020. p. 151-160.
- ILLOUZ, Eva; CABANAS, Edgar. **Happycracia**. São Paulo: Ubu, 2022.
- LAUGIER, Sandra. L'autonomie et le souci du particulier. In: JOUAN, Marlène; LAUGIER, Sandra. **Comment penser l'autonomie?** Entre compétences et dépendances. Paris: PUF, 2009. p. 407-432.
- LAUGIER Sandra. La vulnérabilité des formes de vie, *Raisons politiques*, v.1, n.57, 2015, p. 65-80.
- LAUGIER, Sandra. Politics of vulnerability and responsibility for ordinary others. **Critical Horizons**, v.17, n.2, p. 207-223, 2016.
- OKSALA, Johanna. O sujeito neoliberal do feminismo. In: RAGO, M.; PELEGRINI, M.(orgs.). **Neoliberalismo, Feminismos e Contracondutas**: perspectivas foucaultianas. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 115-138.
- PAPERMAN, Patricia. Éthique du care: un changement de regard sur la vulnérabilité. **Gérontologie et Société**, [S. l.], v. 33, n. 133, p. 51-61, 2010.
- RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora Unicamp, 2013.
- TRONTO, Joan. Care as a Basis for Radical Political Judgments. **Hypatia**, v. 10, n. 2, p.141-149, 1995.